

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Choque de energia barata começa com gás da Bolívia	2
Título: Acordo sobre ICMS deve facilitar novo mercado	4
Título: Road show busca atrair investidores para cinco áreas.....	6
Título: Impasse entre partes paralisa nova tabela de frete	8
Título: Fundo do pré-sal não eleva verba de Saúde e Educação.....	9
Título: Argentina equilibra conta de petróleo e gás depois de 8 anos	11
Título: Petrobras prepara plano de negócios.....	13
Título: São Martinho inaugura era dos canaviais 4.0.....	15
Título: Mudança na forma de plantar também gera eficiência	18
Título: Ex-executivos da Vale são indiciados.....	19
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	21
Título: Vale e Petrobrás puxam PIB para baixo	21
Título: Atvos e Renuka finalizam plano de recuperação.....	23
Título: Mineração pode atingir 1/3 das áreas indígenas.....	24
Título: Lideranças e ambientalistas veem riscos a comunidades	26
Título: Opositores pedem saída do presidente por Itaipu	26
VEÍCULO: O Globo.....	27
Título: Amazônia: potencial mineral ainda é desconhecido	27
Título: Mineração industrial é opção, dizem especialistas	29
Título: Avança a privatização da Liquigás.....	30
Título: Advogado no centro de crise paraguaia pede desculpa	31
Título: Número de militares da ativa no governo cresce 13%.....	32

VEÍCULO:	Correio Braziliense.....	33
	Título: Em busca de eficiência energética nos transportes.....	33

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/08/2019

Seção: Especial

Autor: Lu Aiko Otta e Fabio Murakawa | De Brasília

Título: Choque de energia barata começa com gás da Bolívia

O gás importado da Bolívia deverá ser a primeira peça da transformação do mercado brasileiro do combustível. Com parte dos contratos de fornecimento entre a estatal de óleo e gás Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) e a Petrobras vencendo em 2020, a importação deverá ser disputada por outras empresas que atuam no mercado brasileiro.

A expectativa no governo é que, com isso, os preços já comecem a cair, dando início ao choque de energia barata prometido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Atualmente, o gás boliviano é importado para o Brasil exclusivamente pela Petrobras. No entanto, o Novo Mercado do Gás (NMG) pretende abrir espaço para a competição.

"Não é possível que o fim de um monopólio [mercado com comprador único] não traga impacto nos preços", afirmou ao **Valor** o secretário de Planejamento, Energia e Loterias do Ministério da Economia, Alexandre Manoel.

Dadas as condições atuais, com o gás barato no mundo todo, ele acredita que haverá impacto nos preços no mercado brasileiro e ao menos parte chegará ao consumidor.

"Por mais tenebrosa que seja a distribuidora, ela vai repassar o preço menor", disse Manoel.

No cenário mais otimista, disse o secretário, perto de um terço do consumo nacional de gás passará a ser comercializado por terceiros a partir de 2020. Os contratos a vencer com a Bolívia somam 18 milhões de metros cúbicos ao dia, para um consumo brasileiro de 60 milhões de metros cúbicos ao dia.

O novo mercado do gás, explicou o secretário, vai tirar a Petrobras das atividades de transporte e distribuição, abrindo espaço para outras empresas entrarem nesse mercado. A estatal vai concentrar-se na produção.

Integrantes do governo brasileiro pensaram até em formar uma "força-tarefa diplomática" para levar empresas interessadas para negociar com a YPFB. "Isso foi ventilado, porque a YPFB está acostumada a negociar só com a Petrobras", comentou. "E obviamente tem o viés do governo anterior."

Embaixador da Bolívia no Brasil, José Kinn Franco disse que já há conversas em curso com empresas nos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina para o aproveitamento do gás boliviano.

"Estamos assistindo a uma troca do comprador", disse Kinn Franco ao **Valor**. "Já temos a demanda de algumas empresas brasileiras. Já temos propostas deles. Está se analisando, estamos conversando com eles os termos para essa compra e venda."

O país, que tem no gás seu principal produto de exportação, surfou no boom de commodities da década passada e no alinhamento do presidente Evo Morales com os governos petistas no Brasil.

Agora encontra o desafio de trabalhar em um mercado mais complexo e competitivo e com preços menores. Principal balizador do preço do gás, o petróleo tipo Brent, que no auge do boom superou os US\$ 100 o barril, agora está na casa dos US\$ 60.

Paradoxalmente, a relação de Morales com o presidente brasileiro é muito boa. O boliviano vem adotando uma postura pragmática desde a vitória de Jair Bolsonaro na eleição de 2018.

Diferentemente do aliado Nicolás Maduro, da Venezuela, ele compareceu à posse de Bolsonaro e vem mantendo canais de diálogo abertos com ele. Outro ato visto com simpatia por Bolsonaro foi a atuação boliviana no episódio da prisão de Cesare Battisti, que fugiu do Brasil e foi extraditado da Bolívia para a Itália.

A simpatia de Bolsonaro por Evo rendeu elogios do brasileiro ao colega na semana passada, durante um evento em Anápolis (GO).

"Fiquei feliz com o Evo Morales, que há pouco entregou o Battisti para a Itália, que era um símbolo da esquerda no Brasil", disse Bolsonaro. "Ele [Evo] é um dos que estão aí na velha guarda da esquerda do Brasil, mas está evoluindo."

Fontes no Itamaraty relatam que a boa relação entre os mandatários tem contribuído para que o governo brasileiro mantenha uma postura de cooperação com os bolivianos para que se ajustem à nova realidade do mercado brasileiro.

"O Brasil não vai mais interferir diretamente no mercado, como na época do monopólio da Petrobras", diz uma fonte. "Mas temos trabalhado para colocar o pessoal da YPFB em contato com possíveis compradores aqui e tentamos ajudar da melhor maneira possível."

O embaixador Kinn Franco afirma que as relações entre Bolsonaro e Morales "estão melhorando, tornando-se muito mais amistosas". Ele conta que o boliviano propôs ao presidente um encontro na fronteira do país vizinho com o Estado de Rondônia. Bolsonaro, diz ele, já aceitou, mas a data ainda está "pendente de confirmação".

Na pauta, está o interesse boliviano de transportar ureia - um subproduto do gás - para o Brasil via Rondônia. Atualmente, o Estado do Norte do país é abastecido com o gás que chega ao Centro-Sul, o que incrementa seus custos.

A Bolívia já conta com a vantagem competitiva de ter um gasoduto ligando seus campos de gás a São Paulo, principal polo industrial do país. Agora, quer utilizar com maior intensidade um outro tramo do gasoduto, que vai até Mato Grosso do Sul.

O governador Reinaldo Azambuja (PSDB) esteve em Santa Cruz de la Sierra em junho para conversar sobre o tema com Morales.

"Ele [Azambuja] manifestou o interesse de empresários brasileiros no gás boliviano para alimentar uma termelétrica", disse o embaixador Kinn Franco.

Na ocasião foi assinado um termo de compromisso de fornecimento de gás pela YPFB para uma termelétrica a ser construída em Corumbá. A obra demandará investimentos de US\$ 300 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/08/2019

Seção: Especial

Autor: Lu Aiko Otta | De Brasília

Título: Acordo sobre ICMS deve facilitar novo mercado

Um ponto nebuloso na tributação do novo mercado do gás deverá ser removido em agosto ou setembro, com a assinatura de um acordo no Conselho de Política Fazendária (Confaz) sobre a cobrança do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) numa transação específica: contratos de swap de gás. São celebrados entre carregadores de gás para otimizar o uso de gasodutos.

Há hoje uma controvérsia sobre o que gera a cobrança do ICMS: a troca da mercadoria ou a troca da titularidade da mercadoria. O convênio optará pela segunda opção, seguindo entendimento já pacificado no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Esse é o empecilho que, do ponto de vista do ICMS, impede hoje o funcionamento do Novo Mercado do Gás (NMG). "Não quer dizer que não haja outros aperfeiçoamentos a fazer", observou o secretário de Planejamento, Energia e Loterias do Ministério da Economia, Alexandre Manoel.

O secretário acha, por exemplo, que esse entendimento a ser firmado no Confaz ficaria ainda melhor se fosse recepcionado na lei. Daria mais segurança aos investidores. "Essa é uma contribuição que o Congresso Nacional pode dar", afirmou.

Outra ajuda que poderia vir do Legislativo seria a uma lei para impedir a verticalização das empresas privadas que atuam no mercado do gás. O governo tratou de desverticalizar a Petrobras, permitindo que ela só atue em um elo da cadeia: a exploração. "Pelo bem da sociedade, o mesmo deveria ser imposto a todos os outros participantes do mercado."

O governo, porém, não deverá propor um projeto de lei sobre o tema. Segundo disse em uma reunião no Congresso **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, a ideia é indicar pontos que precisariam de aperfeiçoamento legal, e deixar a iniciativa por conta dos parlamentares.

A construção do NMG depende também dos Estados que detêm o monopólio da distribuição. O governo federal decidiu dar estímulos para que governadores melhorem as condições do mercado do gás.

Avanços na regulação do mercado do gás aumentarão as chances de obter aval da União para tomar empréstimos externos ou uma fatia maior de recursos federais.

"Estamos dando incentivos para acelerar o que naturalmente iria acontecer", disse o secretário. Ele acredita que pode até haver competição entre as unidades da federação para atrair investimentos no setor.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/08/2019****Seção: Especial****Autor: Daniel Rittner | De Brasília****Título: Road show busca atrair investidores para cinco áreas**

O Ministério do Desenvolvimento Regional prepara "road shows" por Estados Unidos (setembro), Europa (outubro) e Ásia (novembro) para oferecer projetos em cinco áreas diferentes no Brasil: iluminação pública, saneamento, mobilidade urbana, segurança hídrica e agricultura irrigada. É a primeira vez que esse tipo de ação governamental no exterior, geralmente voltada à busca de investidores em energia e logística de transportes, diversifica tanto o cardápio de empreendimentos.

Resultado de uma fusão entre as antigas pastas da Cidade e da Integração Nacional, o ministério acaba de fechar suas contas do primeiro semestre: investiu R\$ 4,62 bilhões até 30 de junho (desembolsos efetivos que incluem restos a pagar de exercícios anteriores). Com isso, ficou na frente da Infraestrutura - sua maior "rival" na execução orçamentária - e liderou o volume de investimentos na Esplanada durante os seis primeiros meses do ano.

Os maiores desembolsos foram em habitação popular (R\$ 2,54 bilhões), segurança hídrica (R\$ 652 milhões) e ações de desenvolvimento regional e urbano (R\$ 588 milhões). Estão no âmbito do ministério programas como o Minha Casa Minha Vida, a transposição do rio São Francisco, obras hídricas como o Ramal do Agreste e o Canal do Sertão Alagoano e, além disso, atividades como a gestão de carros-pipa, repasses a Estados e municípios para pavimentação, calçamento e drenagem urbana.

"Só no MCMV tivemos 234,1 mil unidades entregues e 153,9 mil novas contratações no primeiro semestre. O programa, ao contrário do que muitos pensam, não está parado", disse o ministro Gustavo Canuto ao **Valor**.

Canuto demonstra alívio com a regularização dos pagamentos a fornecedores, prestadores de serviço e construtoras. Na virada do ano, as dívidas estavam próximas de 90 dias - limite que, se ultrapassado, pode ensejar a rescisão unilateral de contrato, conforme a Lei de Licitações. "Agora, não temos mais dívidas acima de 30 dias", afirmou.

A situação do segundo semestre, no entanto, está "em compasso de espera" e depende da evolução das contas públicas. O ministério tem R\$ 3,1 bilhões de orçamento contingenciado, mas livrou-se do último bloqueio. Até mesmo pela dificuldade financeira, a formatação de projetos com potencial de atrair recursos privados tornou-se prioridade. Na semana passada, Canuto apresentou uma prévia da carteira do "road show" ao Conselho Empresarial Brasil-China, no Rio.

Um dos pontos altos da oferta é a geração de energia solar às margens dos dois eixos da transposição do rio São Francisco. Os canais têm uma faixa de domínio onde podem ser instaladas placas fotovoltaicas. A ideia é aproveitar a existência de 270 quilômetros de linhas de transmissão construídas junto com o projeto. O funcionamento das nove estações de elevação das águas consumirá 746 mil megawatts-hora por ano. "Enquanto isso, o potencial de geração chega a 4 milhões de MWh/ano, ou cinco vezes mais do que a necessidade de energia para bombeamento", compara Canuto.

Na área de mobilidade, o ministério pretende levar aos investidores estrangeiros a mensagem de que as estatais CBTU (que opera o transporte sobre trilhos em cinco capitais) e a Trensurb (região metropolitana de Porto Alegre) devem ser privatizadas. Busca também interessados em implantar VLTs em cidades grandes e médias. Um dos focos é Curitiba e o entorno da capital paranaense, onde se estuda o aproveitamento de linhas férreas de carga para veículos leves de passageiros.

Serão divulgados ainda dois projetos-piloto de esgotamento sanitário, em Volta Redonda (RJ) e Crato (CE), além de oportunidades na gestão de resíduos sólidos, com o caso de Bauru (SP). Os investidores estão de olho na tramitação do projeto de lei que reformula o marco regulatório do saneamento. Uma medida provisória sobre o assunto caducou no primeiro semestre. Até o fim deste mês, provavelmente, a Casa Civil mandará um novo texto para andar junto com a proposta em debate na Câmara dos Deputados.

Na carteira do "road show" também estão 22 parcerias público-privadas (PPPs) na área de iluminação pública municipal, a cargo de prefeituras. Finalmente, o ministro pretende mostrar aos estrangeiros o potencial de 36 perímetros para agricultura irrigada. "Alguns deles até já estão produzindo, mas com grande possibilidade de expansão", afirma. Segundo ele, a FAO (braço das Nações Unidas) aponta que 80% dos alimentos consumidos no mundo em 2037 vão vir de irrigação. "Vale a pena investir na infraestrutura para isso. E o Brasil tem três

enormes ativos: 14% da água doce do mundo, muita insolação e extensão agricultável".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Cristiano Zaia e Lu Aiko Otta | De Brasília

Título: Impasse entre partes paralisa nova tabela de frete

Apesar do esforço do ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, em busca de um consenso em torno da tabela de fretes, as negociações desandaram nos últimos dias, após os embarcadores se irritarem com as condições da nova proposta do governo.

Freitas chegou a propor mesas de negociação entre embarcadores (empresas contratantes de frete), transportadoras e caminhoneiros autônomos por setor da economia. O ministro vinha incentivando um acordo privado entre eles, com a promessa de que a tabela deixaria de ser obrigatória e serviria apenas como uma referência para os preços de frete.

Ainda não está claro para o setor empresarial, que contrata fretes junto aos transportadores, porém, se o governo conseguirá viabilizar uma tabela de referência - uma costura que ainda depende de aprovação de lei pelo Congresso -, disseram duas fontes ouvidas pelo **Valor**. E algumas entidades empresariais até já cogitam abandonar as negociações.

Na manhã de sexta-feira, a pasta da Infraestrutura propôs a advogados das confederações nacionais da indústria (CNI), dos transportes (CNT) e dos transportadores autônomos (CNTA) que as entidades assinem uma carta de intenções concordando com a republicação da tabela encomendada à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da Universidade de São Paulo, com o adicional de uma espécie de "taxa de lucro".

No encontro, não houve menção à tabela de referência, bandeira defendida pelos embarcadores desde a votação da medida provisória que criou o piso mínimo de frete, sancionada pelo governo Temer para cessar a greve de caminhoneiros que afetou o país em maio do ano passado.

O desenrolar da reunião de sexta despertou entre as empresas contratantes de frete a sensação de que as negociações por enquanto beneficiam mais os transportadores autônomos. Lideranças de caminhoneiros sinalizaram concordar com a tabela da Esalq mais uma margem de lucro.

"Está tudo em aberto e nada resolvido. Não resta muito o que fazer a não ser esperar uma resposta do STF [Supremo Tribunal Federal]", diz uma fonte que participa das negociações.

O relator das ações contra o tabelamento, no STF, ministro Luiz Fux, marcou para 4 de setembro o julgamento do caso. Como já mostrou o **Valor**, ele vem sendo aconselhado a construir um voto pela inconstitucionalidade da tabela obrigatória de fretes, mas considerá-la referencial, em linha com o que o governo defende. Por outro lado, Fux também aguarda as negociações conduzidas pelo governo em torno da tabela de referência.

Na última quinta-feira, representantes dos embarcadores já haviam se queixado após não serem recebidos no Ministério da Infraestrutura para uma reunião que estava agendada. "Mediante a sinalização de que a tabela será referencial, topamos conversar, mas saímos frustrados, porque nem ocorreu a reunião", disse André Nassar, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de óleos Vegetais (Abiove).

Hoje, segunda-feira, haverá uma reunião entre os embarcadores na CNI na tentativa de buscar uma posição conjunta. E, na terça, as mesmas entidades empresariais devem voltar ao ministério para nova reunião.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Fundo do pré-sal não eleva verba de Saúde e Educação

Os recursos do pré-sal para as áreas de educação e saúde estão ganhando impulso, puxados pelo aumento da produção de petróleo. Mas, neste ano, com a decisão do governo de contingenciar as verbas dos ministérios da Educação e da Saúde, o dinheiro do petróleo na verdade tem servido apenas para tapar buraco e não para, de fato, incrementar as verbas dessas pastas.

Entre 2014 e 2016, a fatia do chamado fundo social - que é abastecido pelos royalties - destinada às duas áreas ficou entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2 bilhões, segundo dados da Secretaria Nacional do Tesouro. Em 2017, subiu para R\$ 4,2 bilhões. Em 2018 houve um salto: R\$ 8,5 bilhões. E, até junho deste ano, a arrecadação somou R\$ 4,7 bilhões.

O Ministério da Educação (MEC) informou ao **Valor** que já arrecadou com o fundo neste ano R\$ 4,2 bilhões. A maior parte foi usada em repasses de R\$ 2,7 bilhões aos municípios como forma de complementação da União ao Fundeb (o

fundo que financia a educação básica), e R\$ 1 bilhão, para bolsas de estudo no ensino superior.

Não fossem os recursos dos royalties, o MEC teria tido dificuldades para honrar esses repasses. O ministério foi até agora o que sofreu o maior contingenciamento orçamentário neste ano, com bloqueio de R\$ 6,2 bilhões (de um orçamento de R\$ 116,3 bilhões). Na Saúde, o contingenciamento foi menor: R\$ 1,4 bilhão (o orçamento é de R\$ 122,6 bilhões).

A soma dos valores contingenciados de Educação e Saúde representa quase o dobro do que os dois ministérios arrecadaram até junho com royalties do pré-sal.

Relatora da proposta de emenda constitucional (PEC) 15/2015 que torna o Fundeb um instrumento permanente, a deputada Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) diz que há o receio de que os crescentes recursos do petróleo acabem nos próximos anos apenas substituindo outras verbas que hoje compõem o orçamento do ministério, e não, efetivamente, o aumente.

O fundo social foi criado em 2010, último ano do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Parte dos recursos fica em Educação e Saúde, parte vai para compensações pela exploração de petróleo e gás. Há ainda uma fatia reduzida para políticas públicas específicas.

O fundo recebeu até junho um total de R\$ 9,4 bilhões e deve fechar o ano com R\$ 18,4 bilhões, segundo previsão da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Em 2018 foram R\$ 17 bilhões.

Os royalties do fundo social advêm da produção de campos do pré-sal com declarações de comercialidade anteriores a dezembro de 2012. São campos mais maduros e produtivos.

Os royalties dos campos com declaração posterior a dezembro de 2012 têm carimbo específico para educação e saúde. O volume de verbas dessa fonte ainda é muito inferior que a do fundo social.

A Petrobras é a principal operadora do pré-sal. Em 2010, a produção média foi de 41 mil barris por dia (bpd). Em 2018, havia chegado a 1,5 milhão. A produção na camada pré-sal já representa 60% da produção de petróleo do país.

A previsão é que o país dobre sua produção diária de petróleo em dez anos, atingindo cerca de 7 milhões de barris de óleo equivalente (boe), segundo a ANP.

Se isso se confirmar, tudo o que estiver vinculado à produção de petróleo, como os valores do fundo social, vai dobrar, diz a agência, acrescentando que esse cenário depende da estabilidade dos preços do barril e do câmbio.

A ANP estima que até 2023 tanto o fundo social quanto os royalties carimbados especificamente para educação e saúde terão recebido R\$ 104,4 bilhões.

A pergunta hoje é se as duas áreas conseguirão que seus orçamentos sejam realmente engordados ou se os recursos esperados serão usados para tapar novos buracos.

Gabriel Corrêa, gerente de políticas educacionais do Todos Pela Educação, entidade dedicada a estudar políticas públicas educacionais, lembra que uma das bandeiras de especialistas na área é que o governo federal amplie os valores que destina para complementar o orçamento do Fundeb.

"Todos nós sabemos e levamos em conta que o país vive uma crise fiscal, mas uma das grandes apostas nossas é que esses recursos do petróleo permitam um aumento dessa complementação", diz Corrêa.

A deputada Dorinha afirmou que na PEC que está relatando apontará recursos dos royalties como uma das fontes para assegurar o aumento dessa complementação.

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, vem discutindo possíveis mudanças na gestão do fundo social, de modo que os recursos deixem de ser concentrados na União. Atualmente a fatia para os ministérios da Educação e da Saúde que vem do fundo entra direto no caixa das duas pastas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/08/2019

Seção: Internacional

Autor: Marsílea Gombata | De São Paulo

Título: Argentina equilibra conta de petróleo e gás depois de 8 anos

Depois de oito anos com déficit na conta de petróleo e gás, a Argentina está perto de ter superávit novamente. Isso porque a produção de gás não convencional está acelerando e deve diminuir a necessidade de importação da Argentina. Analistas dizem, porém, que para continuar expandindo a produção, concentrada no campo de Vaca Muerta, será preciso mais gasodutos e plantas de liquefação.

Em junho, a produção total de gás da Argentina foi a maior em 11 anos, com um total de 140 milhões de m³ /dia - crescimento de 5,8% em relação ao mesmo mês do ano passado. Esse aumento deve-se à produção 28% maior de gás não convencional - o gás de xisto, obtido através da técnica de fraturamento hidráulico -, que compensou a queda de 7% do gás natural.

O aumento da produção levou o país a exportar a primeira embarcação de gás natural liquefeito (GNL) em junho. No fim do ano passado, a Argentina voltou a exportar para o Chile por gasoduto, o que não ocorria desde 2007.

Na primeira metade do ano, o país exportou mais de 1 bilhão de m³ de gás, segundo dados do Ministério da Fazenda da Argentina.

O déficit da conta de petróleo e gás foi de US\$ 126 milhões, contra o saldo negativo de US\$ 1,3 bilhão do primeiro semestre do ano passado. A previsão é que a Argentina tenha superávit já em 2020.

De 2014 a 2018, a produção de gás de xisto na Argentina cresceu 307,87%. Já a de gás natural caiu 18,73% no período. A de petróleo não convencional cresceu 262,66% entre 2014 e 2018, e a de petróleo convencional caiu 17,62%.

Artem Abramov, vice-presidente da consultoria Rystad Energy, estima que a produção de gás de xisto ultrapassará a de gás natural em 2020. Em 2027, o total produzido deve dobrar em relação ao patamar atual.

O que impulsionou a produção não convencional nos últimos anos, diz Mauro Chavez, analista da consultoria Wood Mackenzie, foram os investimentos de grandes empresas globais, como a Shell e Tecpetrol, que aproveitaram o fim do monopólio da estatal YPF em Vaca Muerta.

Abramov destaca ainda os subsídios dados pelo governo do presidente Mauricio Macri, mesmo em momentos de menor preço dessas commodities no mercado internacional. "Se os subsídios não tivessem sido mantidos nos primeiros anos de intensa exploração de Vaca Muerta, não estaríamos vendo a produção crescendo tão rapidamente", diz.

Em 2017, o Ministério de Energia e Mineração argentino estabeleceu preços mínimos e anunciou que, se as empresas de gás que investissem em Vaca Muerta vendessem sua produção a valores menores, o governo compensaria essa diferença. Apesar da crise econômica, que teve início no ano passado, o governo continuou mantendo parte dos subsídios.

A bacia de Vaca Muerta, na Província de Neuquén (norte da Patagônia), tem 35 mil km² e concentra a segunda maior reserva de gás de xisto do mundo e a quarta de petróleo não convencional. Estima-se que menos de 5% do potencial tenha sido explorado até agora.

Com o aumento da produção, diz Chavez, a Argentina passaria em 2021 a ser um exportador líquido de gás, ou seja, ainda importaria menores quantidades de países como a Bolívia nos picos de inverno, mas as exportações para mercados como o Chile ultrapassariam o total importado no ano.

O gás importado da Bolívia alimenta o norte da Argentina, especialmente nos meses mais frios. Para a região receber o gás de Vaca Muerta, no sul do país, mais gasodutos precisariam ser construídos.

Assim como gás que vai para o mercado interno, o gás para exportação dependerá de mais gasodutos e também de plantas de liquefação, diz Abramov.

Atualmente há três principais gasodutos que saem de Vaca Muerta para abastecer o mercado doméstico, sendo um em direção ao norte do país e dois em direção à Província de Buenos Aires. Na semana passada a Secretaria de Energia iniciou processo de licitação pública para a construção de um novo gasoduto que ligará Vaca Muerta à cidade de Salliqueló, a 530 km de Buenos Aires. A previsão é que fique pronto até 2021.

Na Província de Buenos Aires, a estatal de petróleo e gás YFP tem uma balsa que faz a liquefação do gás no porto de Bahía Blanca, de onde é transportado para fora. A YFP tem projeto de uma planta de liquefação no porto, cuja construção levaria quatro anos.

"Para que as exportações aumentem, é preciso completar esses projetos de infraestrutura", diz Abramov, ao acrescentar que esse é o ponto de maior preocupação das empresas que operam nem Vaca Muerta. "Sem isso, nos próximos dois ou três anos a produção aumentará até certo ponto, e as oportunidades serão perdidas."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/08/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Petrobras prepara plano de negócios

Há sete meses à frente da Petrobras, o presidente Roberto Castello Branco iniciou as discussões sobre o novo plano de negócios da petroleira, o primeiro de sua gestão. O comando da estatal espera anunciar o planejamento estratégico em novembro, mas já deu alguns sinais sobre o que se esperar: a intenção da empresa é intensificar a redução de custos e a venda de ativos e manter a atenção sobre a desalavancagem e retorno sobre o capital empregado.

O atual plano de negócios da estatal - 2019-2023 - soma US\$ 84,1 bilhões. A diretora de finanças e relações com investidores, Andrea Almeida, disse na sexta-feira que não espera ver "grandes mudanças" nos investimentos previstos, mas que os números estão em fase de reavaliação e que a petroleira será criteriosa.

"Estamos implantando uma análise probabilística para a visão de capital. Acreditamos que, olhando a execução do [investimento] passado, conseguimos melhor prever o futuro... Basicamente, teremos uma nova forma, uma forma mais conservadora [de alocação de capital], aplicando novas técnicas como olhar para o passado para avaliar o quanto de execução conseguimos fazer", comentou Almeida.

Castello Branco disse que o objetivo do novo planejamento estratégico será reduzir a distância entre a Petrobras e os seus principais pares globais. Ele citou que a estatal ainda é uma companhia "excessivamente endividada" e que o novo plano terá um foco "muito grande" na redução de custos. Outro pilar da desalavancagem é centrado na venda de ativos. "Internamente já temos fechado o plano de desinvestimentos. Agora é a fase de estruturação e execução dos vários projetos", comentou.

A meta atual da petroleira é reduzir sua alavancagem, medida pela relação dívida líquida sobre Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), para 1,5 vez em 2020. Até lá, segundo Almeida, a estatal continuará pagando dividendos mínimos obrigatórios.

Sobre o programa de desinvestimentos, um dos principais trunfos é a alienação das refinarias. Segundo a diretora de refino e gás natural, Anelise Lara, o interesse que vem sendo demonstrado pelos oito ativos colocados à venda pela estatal é "muito maior" do que aquele registrado no processo original de desinvestimentos no refino, da gestão passada. Em abril de 2018, a Petrobras iniciou o processo de venda de 60% de sua participação em quatro plantas - no Sul e no Nordeste -, mas já na gestão Castello Branco, reviu o modelo de negócio e ampliou o pacote de ativos à venda para oito unidades.

Lara afirmou que as refinarias têm despertado o interesse de empresas de diferentes perfis e que espera concorrência por todas as unidades do pacote de desinvestimentos. "O que temos visto interesse nas nossas refinarias são companhias tradings, distribuidoras locais e algumas petroleiras internacionais. E esperamos uma grande disputa", afirmou a diretora refino e gás.

A Petrobras assumiu um compromisso, junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), para vender oito refinarias até o fim de 2021. Castello Branco, contudo, afirmou que a meta é vender os ativos "o mais rapidamente possível". "Não queremos esperar até 2021. Temos pressa".

Anelise Lara explicou que as companhias de trading estão aptas a participar do processo.

"Como estamos saindo totalmente das refinarias que nós estamos vendendo, nós não vamos ser parceiros, então, a questão da participação das tradings no processo, do ponto de vista de conformidade, foi aprovada", disse, ao ser questionada sobre as investigações da Lava-Jato envolvendo a relação da Petrobras com as tradings Vitol, Trafigura e Glencore.

No gás natural, o foco está na venda dos 51% da Gaspetro e na saída integral do transporte. O modelo de venda da Gaspetro, que reúne as participações da Petrobras em 19 distribuidoras de gás, ainda não foi definido. Castello Branco comentou, ainda, sobre a Transpetro, braço logístico da estatal, mas descartou a venda da subsidiária. "A Transpetro não está na mesa", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/08/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De Pradópolis (SP)

Título: São Martinho inaugura era dos canaviais 4.0

A monotonia da paisagem do canavial é subitamente quebrada pela aproximação de um drone. A máquina voadora para em um ponto aparentemente aleatório da lavoura e suas garras mecânicas soltam um copo biodegradável, que cai no solo. Dele saem algumas vespas, inimigas naturais de insetos como a broca-da-cana, no exato perímetro onde a infestação havia sido identificada por satélite, acionando um alerta para uma central de operações.

"Isso aqui é o mundo das máquinas", afirma Fabio Venturelli, presidente do Grupo São Martinho, apontando para as plantações da usina de Pradópolis (SP)

que tem o mesmo nome da companhia e que se tornou seu principal campo de experimentação de inovações.

Desde abril, quando começou a safra 2019/20, a Usina São Martinho, que é conhecida como a maior do mundo em atividade, e seus 135 mil hectares de canaviais passaram a operar sob a égide da indústria 4.0. Todas as máquinas e equipamentos em campo não apenas geram dados como estão agora conectadas a um sistema de troca de informações em tempo real por meio de uma rede própria de internet. Essa rede gera uma quantidade tal de dados, o Big Data, que é capaz de "ensinar" as máquinas a operar em campo - a inteligência artificial.

O monitoramento das operações em campo não é uma novidade absoluta no setor. Algumas empresas já têm salas de comando com operadores que acompanham segundo a segundo os trabalhos nas lavouras com dados transmitidos por satélite. A novidade no projeto da São Martinho é o uso da rede de internet, que permite a conexão das máquinas entre si e potencializa a velocidade e a autonomia dos equipamentos.

O projeto de automação das operações nos canaviais que servem à usina em Pradópolis começou a ganhar contornos mais firmes quando a empresa, em conversas com o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), acertou a criação de uma rede de banda larga privada. Orçado em R\$ 60 milhões, o projeto está sendo expandido agora para as outras três usinas do grupo e deverá ser concluído em dois anos.

Mesmo estando a cerca de 40 quilômetros de Ribeirão Preto, boa parte da área da Usina São Martinho não era coberta por sinal de internet - um problema de primeira ordem para quem quer transmitir grande quantidade de dados em tempo real. A solução, elaborada em parceria com o CPqD, foi criar uma rede própria, instalando antenas repetidoras nas seis torres de monitoramento que o grupo já tinha no meio dos canaviais. As antenas transmitem dados com base na tecnologia 4G, e em uma frequência distinta da usada em outras redes, de 250 MHz, para evitar interferência.

Essa frequência permite um grande alcance do sinal com poucas torres, segundo Luís Teixeira, gerente agrícola da Usina São Martinho e responsável pelo Centro de Operações Agrícolas (COA), divisão do grupo que interpreta e gerencia os dados. A rede permite que um aparelho transmita vídeos em tempo real e com alta qualidade para uma antena a 15 quilômetros de distância;

áudios, por sua vez, podem ser transmitidos com qualidade para antenas a 40 quilômetros. Segundo Teixeira, essas velocidades dependem do relevo e outros fatores, mas a empresa já chegou a transmitir dados de telemetria, o maior volume, para uma antena a 55 quilômetros.

As mudanças também estão ocorrendo dentro de cada máquina. Em parceria com a fabricante Case IH, os equipamentos fornecidos ao grupo estão recebendo computadores de bordo que captam o sinal transmitido pelas antenas. Cada máquina recebe uma espécie de "modem", que converte o sinal das antenas para um sinal de "wifi". Apenas os equipamentos da companhia conseguem se conectar a essa rede.

Todos os detalhes da operação da máquina entram em tempo real no fluxo de informações que chega ao centro de operações, onde um grupo de funcionários monitora os dados e o andamento das atividades. Com isso, os operadores das máquinas ficam concentrados em suas atividades, sem precisar se preocupar com o monitoramento dos dados das máquinas. E dessa forma, diz Teixeira, a análise desses dados se torna mais assertiva.

Se um sensor de uma colhedora identifica que ela está andando mais rápido que um ritmo "ótimo" - em que o consumo de diesel e o gasto do equipamento estão em ponto de equilíbrio -, a informação é recebida pelo controlador do COA, que entra em contato com o operador da máquina para ajustar a velocidade. Ou se um sensor de um caminhão registra um sobreaquecimento de uma determinada peça, o funcionário do COA conversa imediatamente com o operador e, eventualmente, ele mesmo pode desligar a máquina à distância antes dela quebrar, evitando um atraso em toda a operação em campo.

Tais ajustes em tempo real permitem uma economia valiosa de tempo. Anteriormente, conta Teixeira, a empresa captava os dados que a máquina gerava com seus sensores em pen drives e só os lia dias depois. Agora, os operadores conseguem até se antecipar a problemas. Conseguem prever, por exemplo, quando uma máquina sofrerá desgaste e qual o melhor momento para uma manutenção preventiva. Segundo o gerente, já foi possível prever com 26 horas de antecedência quanto uma máquina ia parar.

A inteligência artificial, em combinação com o uso de satélite, também pode ser usada para realizar análise de solo à distância e identificar as deficiências de cada metro quadrado. Imediatamente é desenhada uma fórmula específica de adubo para realizar a correção e, depois que a mistura é feita, a máquina que

vai à lavoura realizar a fertilização é programada para realizar a aplicação na medida certa para a necessidade daquela área.

Até prevenção contra incêndio pode ser feita por inteligência artificial. A companhia está desenvolvendo um algoritmo que detecta fumaça, o que pode acionar as equipes de combate a fogo mais próximas ao local. Atualmente, as câmeras de vigilância instaladas nas torres já fazem esse monitoramento, e o cruzamento de seus dados podem gerar com precisão longitude e latitude do foco de incêndio.

"Essas inovações são um grande passo para a agricultura de precisão, porque é vinculada a um grande grau de automação", sustenta Venturelli. O próximo passo é fazer com que as máquinas no campo "conversem" diretamente com as máquinas da indústria. E já há um grande grau de integração nesse sentido.

Há um algoritmo em elaboração que aloca as colhedoras de cana conforme o ritmo da indústria. Se, por exemplo, uma esteira da usina que transporta a cana recebida sofre um problema mecânico, o que reduz o ritmo da moagem, o algoritmo pode indicar para uma frente de colheita (composta por uma colhedora e um caminhão de transporte de cana) ir a uma região mais distante, que demorará mais para colher e transportar a cana à indústria, ou para uma área onde a produtividade deve ser menor. "Assim evitamos as filas de caminhões na usina", diz o presidente do grupo.

Todo esse esforço poupa tempo e, principalmente, recursos. O objetivo é garantir que, com a plena implementação do COA na empresa, o custo de produção caia de R\$ 2 a R\$ 3 por tonelada de cana colhida - o que, dentro da capacidade de moagem do grupo, de 24 milhões de toneladas, representaria uma economia de até R\$ 72 milhões por safra. Mas Venturelli afirma que, nestes quatro meses, está se surpreendendo com os resultados. "É um caminho que está destravando um mundo de possibilidades."

A jornalista viajou a convite da empresa

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/08/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De Pradópolis (SP)

Título: Mudança na forma de plantar também gera eficiência

Iniciada há cinco anos, a revolução na forma de plantar cana promovida pelo Grupo São Martinho deverá dar seu maior salto nesta safra (2019/20). Até o fim do ciclo, em 31 de março, a companhia espera concluir 80% do plantio de cana através da conjugação dos métodos de muda pré-brotada (mpb) e "meiosi", que otimiza a necessidade de mudas por meio do plantio em linhas-mãe. Até o fim da safra passada, 64% da área de plantio já foi plantada dessa forma.

Para isso, a biofábrica de mudas, na Usina São Martinho, está a todo vapor. Os funcionários recebem plantas já crescidas e cortam seus colmos - onde ocorre a brotação. Os colmos passam por seleção, tratamento fitossanitário e são plantados em bandejas com uma mistura de resíduos industriais e bagaço da cana, entre outras matérias-primas.

Em seguida, as bandejas vão para estufas, onde as mudas, cada uma com um código de barras próprio, crescem em ambiente com controle de umidade e temperatura. Depois vão para um campo aberto onde ganham resistência às condições do ambiente. Segundo Luíz Teixeira, gerente agrícola da usina, esse processo, que dura cerca de 60 dias, praticamente elimina falhas na brotação.

Com a automação dos processos na usina de Pradópolis, o plantio ganhou agora ares tecnológicos. As linhas de plantio são desenhadas por georreferenciamento no Centro de Operações Agrícolas (COA), que planeja até as linhas por onde as rodas da colhedora devem passar, evitando compactação do solo.

O projeto, de R\$ 30 milhões, tem como vantagens aumentar a oferta de cana e reduzir custos, diz Teixeira. Com a conjugação dos métodos de "mpb" e "meiosi", um hectare de canavial leva ao plantio de 600 hectares. Com máquina, um hectare de cana colhida proporciona o plantio de até 5 hectares. Além disso, a empresa constatou que, no primeiro ano de colheita, a cana plantada como muda teve produtividade cerca de 7% superior ao do primeiro corte de cana plantada da forma tradicional. Outra vantagem é a redução de custos. A expectativa da empresa é, a partir da safra 2020/21, ter custo operacional 20% menor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Ex-executivos da Vale são indiciados

O ex-presidente da Vale Murilo Ferreira e outros funcionários foram indiciados pela Polícia Civil de Minas Gerais por crimes ambientais que teriam ocorrido entre 2011 e 2017. O **Valor** obteve uma cópia do relatório do delegado

responsável pelo indiciamento, que se referem a irregularidades que, segundo a polícia, ocorreram na Unidade de Tratamento de Metais (usina de pelotização) da Vale, no complexo de produção de Vargem Grande, em Nova Lima, região metropolitana de Belo Horizonte. A Vale também foi indiciada por crimes ambientais.

Os indiciamentos são decorrência de uma notícia crime formalizada pela Associação dos Proprietários do Solar da Lagoa, condomínio de casas de alto padrão no município de Nova Lima. A associação vem acusando Vale de causar poluição atmosférica e sonora no local acima dos níveis permitidos.

Procurada, a Polícia Civil, sem revelar nomes dos indiciados, informou que, "finalizadas as investigações, referentes à usina de Vargem Grande, a Vale e mais quatro funcionários de diferentes níveis hierárquicos foram indiciados pela prática de crimes ambientais previstos na Lei nº 9.605/98", segundo a assessoria de imprensa.

Acrescentou que o relatório foi concluído em 22 de julho e remetido à Justiça. Os indiciamentos foram determinados pelo delegado da Polícia Civil Bruno Tasca Cabral, do Departamento Estadual de Investigação de Crimes contra o Meio Ambiente.

Além de Ferreira, foram indiciados José Flávio Gouveia, então diretor de Ferrosos da Vale, e dois funcionários que na época tinham cargos de gerência: Romildo Facalossi e Mauro Lobo de Rezende.

Segundo o relatório, o inquérito concluiu que foi "suficientemente comprovado" que a "Vale, por anos, em decorrência do empreendimento Usina de Pelotização do Complexo Vargem Grande, causou danos ao meio ambiente".

O delegado menciona documentos da Superintendência Regional de Meio Ambiente (Supram) de Minas que "comprovam a ocorrência de poluição atmosférica pela emissão irregular de material particulado e de óxido de nitrogênio entre 2011 e 2015". E cita um laudo pericial do Instituto de Criminalística feito em 2017, que, segundo ele, "demonstra a existência de poluição sonora" à noite em níveis que ultrapassaram o estipulado na Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

"Restou comprovado que todos os diretores e gerentes tinham pleno conhecimento das irregularidades ambientais apresentadas em função das atividades do empreendimento, bem como dos impactos ambientais derivados da ação predatória ao meio ambiente", afirma o delegado.

Ferreira comandou a Vale entre 2011 e 2017. Procurado pela reportagem, afirmou que não sabia do indiciamento. "Nunca fui informado desse

procedimento e, portanto, não tenho como comentar. Posso afirmar que prestarei todos os esclarecimentos necessários com a certeza de que sempre priorizei a segurança e o meio ambiente como modelo adequado de governança", disse via e-mail.

Já a Vale, em nota, afirmou que "tomou ciência do relatório final do inquérito policial, está avaliando o caso e tomará todas as medidas legais cabíveis". E informou que Facalossi e Rezende continuam nos quadros da empresa. Gouveia não foi encontrado.

O escritório Campos e Campos, de Belo Horizonte, representa a associação. Ele solicitou e recebeu o relatório da Polícia Civil com os indiciamentos. Bruno Freitas Campos, um dos sócios, afirmou que os referidos crimes ambientais têm pena de prisão prevista de um a cinco anos. O MPE de Minas Gerais vai avaliar se, com base no indiciamento, oferecerá denúncia contra empresa e os funcionários mencionados. Caberá à Justiça decidir se o caso se tornará ação penal.

Luiz Begazo, presidente da associação, disse que "uma solução negociada é sempre melhor que uma judicialização" e que em 2018 participou de negociações com a Vale intermediadas pela promotoria sobre a poluição sonora. Segundo ele, o barulho acima do permitido penaliza a saúde física e mental dos moradores há 11 anos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/08/2019

Seção: Economia

Autor: Daniela Amorim

Título: Vale e Petrobrás puxam PIB para baixo

Corte de produção das duas gigantes reduzirá expansão da economia em 0,2 ponto porcentual; previsão de crescimento para o ano é de 0,82%

Dificuldades na produção de duas das maiores empresas nacionais, Vale e Petrobrás, devem reduzir significativamente o crescimento do País neste ano. O mau desempenho da indústria extrativa no primeiro semestre diminuirá em 0,2 ponto porcentual a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) de 2019, apesar da melhora esperada até o fim do ano, aponta estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) a pedido do 'Estadão/Broadcast'. O montante equivale a uma perda de R\$ 13,7 bilhões, a preços de 2018. O PIB já mostra pouco fôlego este ano, com crescimento previsto de 0,82%, conforme analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Banco Central no último boletim Focus.

O levantamento do Ipea foi feito com base nos relatórios de produção da Vale e da Petrobrás, divulgados na semana passada, além de dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e do Sistema de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “O desempenho negativo da extrativa nesses seis primeiros meses carrega uma perda para o restante do ano. Na queda de 1,6% do total da indústria, o setor extrativo sozinho contribuiu com 1,78 ponto percentual. Ou seja, se essa contribuição fosse zerada, o avanço da indústria seria de 0,2%”, diz André Macedo, gerente da Coordenação do IBGE.

Tendo ainda como cenário as consequências do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, Minas Gerais, que deixou 248 mortos e 22 desaparecidos, o PIB das indústrias extrativas recuou 18,8% no segundo trimestre deste ano, ante o mesmo período de 2018, de acordo com o Ipea. No PIB do período, o prejuízo equivalerá a um corte de 0,5 ponto percentual na taxa de crescimento, ou R\$ 8,4 bilhões, a preços de 2018. “O impacto pode ser ainda maior se contabilizar os impactos indiretos, porque esses eventos podem ter afetado alguma indústria ou setor da etapa seguinte da cadeia produtiva. Nas regiões que pararam de produzir, o impacto é enorme.

A economia local tem uma dependência muito grande dessas empresas”, explica José Ronaldo de Castro Souza Júnior, diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea e um dos autores do estudo. Macedo, do IBGE, lembra que várias outras minas tiveram a produção paralisada ou reduzida após a tragédia por preocupações com a segurança após a tragédia de Brumadinho. Houve mudanças na legislação ou endurecimento nos procedimentos de segurança, diz o pesquisador do IBGE. Além do acidente, condições climáticas desfavoráveis também afetaram negativamente as operações da Vale no Sistema Norte, especialmente no mês de abril. Petróleo.

Ao mesmo tempo em que a produção de minério era reduzida, a Petrobrás enfrentava problemas técnicos que atrasaram a entrada em operação de novas plataformas de petróleo, prejudicando o crescimento esperado para a extração de óleo e gás para 2019. Há expectativa de alguma recuperação no segundo semestre, com a normalização da operação de plataformas de petróleo e da extração e exportação de minério no Pará, além do retorno gradual da operação em barragens que estavam paradas, especialmente no Estado de Minas Gerais. Ainda assim o PIB do segmento das indústrias extrativas deve fechar 2019 com queda aproximada de 9,5%.

O resultado retiraria 1,3 ponto percentual do PIB da indústria e 0,2 ponto percentual do PIB total brasileiro em 2019. “Para que a Petrobrás feche o ano no zero a zero, vai ter crescimento na extração no segundo semestre”, justifica Souza Júnior, do Ipea. “E (na mineração) esperamos retorno paulatino de outras

minas que estavam paradas. A questão da produção de minério vai estar equacionada parcialmente até o fim do ano”, completa. Fragilidades.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) lembra que, embora o segmento extrativo tenha agravado a situação atual da indústria, o desempenho negativo da produção na primeira metade do ano confirma que falta robustez ao processo de retomada do setor industrial pós-crise.

“Por ser hoje uma recuperação muito frágil, a indústria está sujeita a fatores pontuais. Ora é greve de caminhoneiros, ora é problema nas extrativas, ora é crise na Argentina. A gente fica buscando fatores pontuais para explicar a falta de dinamismo na produção. Então há uma sucessão desses fatores pontuais”, lamenta Rafael Cagnin, economista-chefe do Iedi.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/08/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: Atvos e Renuka finalizam plano de recuperação

Coluna do BroadcastAgro

Duas companhias do setor sucroenergético apresentarão, nas próximas duas semanas, planos de recuperação judicial. A Atvos, do grupo Odebrecht, revelará amanhã como pretende renegociar a dívida estimada em R\$ 12 bilhões. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Brasil têm, juntos, 66%, ou R\$ 7,95 bilhões do total dos débitos. Já a Renuka do Brasil elabora uma nova proposta, a ser entregue até setembro. A anterior não foi adiante porque fracassou a venda da usina Revati, em Brejo Alegre (SP). O recurso captado seria utilizado no pagamento de credores, de acordo com plano aprovado em agosto de 2018. “O novo plano é necessário, pois a Revati não foi vendida. Não sabemos a diferença entre os planos porque ainda estamos em negociação junto a credores”, diz Manoel Bertone, presidente da Renuka do Brasil. Enquanto isso, a companhia segue operando apenas a usina Madhu, em Promissão (SP).

» Rumores etílicos. Bastou o anúncio da fusão das operações de etanol, açúcar e cogeração das gigantes BP e Bunge para que ressurgissem rumores da venda de usinas da Biosev no Brasil. Após se desfazer das duas unidades no Nordeste, em 2018, a companhia controlada pela francesa Louis Dreyfus teria oferecido a interessados a Usina Continental, em Colômbia (SP). A Biosev informa que “não há nenhuma negociação de venda de unidades em andamento ou plano para fechamento de usinas”.

COLABOROU AUGUSTO DECKER

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 05/08/2019****Seção: Política****Autor: Ricardo Galhardo Giovana Girardi****Título: Mineração pode atingir 1/3 das áreas indígenas**

Reservas. Desejada por Bolsonaro e prevista na Constituição, exploração de recursos minerais nas terras dos índios enfrenta críticas das empresas do setor e de estudiosos

A determinação do governo federal de permitir a exploração mineral em terras indígenas tem potencial para afetar quase um terço das reservas no País. Prevista na Constituição de 1988, a atividade em territórios demarcados nunca foi regulamentada e é alvo de discussão no Congresso há décadas. O assunto vem sendo tratado com insistência pelo presidente Jair Bolsonaro, declaradamente favorável à mineração nessas áreas. Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), há 4.332 requerimentos para exploração do subsolo em 214 das 735 áreas indígenas registrados na Agência Nacional de Mineração – 29,1% do total, inclusive nos parques indígenas de Tumucumaque (AP e PA), Araguaia (TO) e Aripuanã (MT). Os requerimentos envolvem a exploração de 66 substâncias, principalmente ouro.

A maioria, 88%, é de pedidos para pesquisa, ou seja, sem comprovação científica de que existam minérios nessas áreas. Conforme especialistas, grande parte desses requerimentos é das décadas de 1980 e 1990, protocolada antes da demarcação das terras indígenas, e tem como objetivo garantir aos autores dos pedidos prioridade caso a exploração seja autorizada, prática comum no setor. O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que representa as empresas do setor, disse que a exploração em terras indígenas está fora da pauta da entidade há décadas. Para o instituto, antes de falar em legalização, o governo deveria fazer um levantamento científico sobre as potencialidades dos territórios, com a participação de comunidades originárias.

“O governo poderia, num primeiro momento, elaborar um mapeamento geológico, para se estabelecer possíveis ocorrências de minérios. Esta seria uma fase importante para se fomentar um diálogo mais consistente, inclusive, com o envolvimento dos povos indígenas, de acordo com princípios de sustentabilidade e segurança para os ocupantes das terras”, afirmou a entidade. Bolsonaro falou em legalizar o “garimpo” nessas áreas ao comentar a morte do

cacique Emyra Waiãpi, supostamente vítima de garimpeiros no Amapá. Na sexta-feira, após pesquisa Datafolha apontar que 86% da população é contra a medida, ele disse que vai submeter o assunto a uma consulta popular. Ainda na semana passada, o presidente afirmou que pretende criar “pequenas Serras Peladas”, que poderiam ser exploradas tanto por índios quanto por estrangeiros.

Um grupo de estudo sobre o tema foi criado no Ministério de Minas e Energia.

Lei. Prevista na Constituição, a exploração em áreas indígenas por garimpeiros ou mineradoras nunca foi regulamentada. Pela lei, essas terras são da União e se destinam à posse permanente dos índios que as ocupam. Porém, há regimes distintos de propriedade. Jazidas do subsolo são passíveis de concessão, desde que a atividade tenha sido aprovada pelo Congresso e pelos indígenas, que devem ter direito a uma parte do lucro. Isso não impede que garimpeiros invadam reservas para extração ilegal, às vezes com anuência dos índios.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o total de invasões subiu de 11 em 2016 para 17 em 2017. Em 1996, o Senado aprovou projeto do então senador Romero Jucá (MDB-RR), cuja família tem interesse na exploração em terras ianomâmis. O projeto se arrasta na Câmara. Em 2004, foi criado grupo de trabalho após massacre na terra indígena Roosevelt (RO), sem resultado prático. Em 2018, uma comissão especial foi formada. Um substitutivo relatado pelo deputado Édio Lopes (PL-RR) obteve o acordo de vários setores, mas não foi votado. Para estudiosos, a falta de controle pelo Estado torna a legalização inviável.

“Deve-se questionar a ideia simplória segundo a qual os índios se beneficiariam por royalties. Quem controlaria a quantidade de minério extraído para assegurar o pagamento correto dos royalties?”, disse a antropóloga Dominique Gallois, da USP. Índios que concordarem com a mineração, afirmou, devem ser assistidos por Ministério Público e Funai. Na avaliação de Dominique, ao falar sobre mineração em terra indígena antes de sanar falhas na exploração de áreas inexploradas não indígenas, Bolsonaro mostra que sua intenção “é ideológica, não técnica”.

Lopes disse acreditar que, se o governo não “ideologizar” a questão, ela pode avançar, e que trabalha pela regulamentação racional da atividade. “Não podemos simplesmente autorizar a mineração nessas áreas. Senão, vai ser um genocídio.” Procuradas, a Funai e a Secretaria de Comunicação do Planalto não se manifestaram.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 05/08/2019****Seção: Política****Autor:****Título: Lideranças e ambientalistas veem riscos a comunidades**

Líderes indígenas, ambientalistas e estudiosos ouvidos pelo Estado disseram que, mesmo com a concordância das lideranças locais, a possibilidade de legalização põe comunidades em risco. Segundo eles, experiências do passado mostram que a exploração ilegal de minério deixou um legado de contaminação dos rios, desmatamento, doenças, drogas e prostituição nas comunidades. Além disso, contestaram a capacidade do governo de controlar mineradoras e garimpeiros. “Não é o garimpo que vai nos sustentar e as autoridades não vão conseguir fiscalizar as atividades. Não conseguem fiscalizar nem fora das áreas indígenas”, disse a líder indígena Alessandra Korap Munduruku.

A opinião dela é embasada em números. Estudo da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) no ano passado aponta a existência de 2.312 pontos de garimpo ilegal em seis dos nove países da Amazônia Legal. Alguns indígenas que lucram com a exploração, no entanto, defendem a atividade. É o caso dos Uaimiri-atroari de Presidente Figueiredo (AM). Após terem sido quase dizimados por doenças e conflitos decorrentes da exploração da mina de Pitinga, nos anos 1980, eles chegaram a um acordo com a mineradora e hoje recebem um “pedágio” para que o minério seja transportado por suas terras. / G.G. e R.G.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 05/08/2019****Seção: Internacional****Autor:****Título: Opositores pedem saída do presidente por Itaipu**

Nota

PARAGUAI

Grupos religiosos, a esquerda paraguaia e associações de estudantes se manifestaram ontem na porta do Congresso para exigir o impeachment do presidente Mario Abdo Benítez e do vice, Hugo Velázquez, por causa de acordo com o Brasil sobre a hidrelétrica de Itaipu. O acordo foi anulado na quinta-feira. A mobilização, que também contou com outros políticos, aconteceu um dia

antes de os partidos da oposição formalizarem no Congresso o pedido de julgamento político contra eles.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/08/2019

Seção: O País

Autor: ANA LUCIA AZEVEDO

Título: Amazônia: potencial mineral ainda é desconhecido

Pesquisadores lamentam falta de investimento do governo em prospecção de reservas e veem com preocupação impacto deixado por exploração ilegal. Incentivo de Bolsonaro a atividade em terras indígenas esquentou debate

A defesa do garimpo em terras indígenas pelo presidente Jair Bolsonaro, cujo governo trabalha na legalização da exploração nas reservas, e os relatos recentes de invasão de algumas delas por garimpeiros deram protagonismo ao debate sobre a mineração na Amazônia. Se a corrida pelo ouro, como mostrou reportagem de ontem do GLOBO, faz aumentar a violência e a concorrência no extrativismo ilegal em áreas como a reserva ianomâmi, vários outros minérios compõem o mapa de riquezas do território da floresta. É a região mais rica ainda a se conhecer no planeta, embora existam apenas levantamentos de potencial para a maioria da Amazônia Legal e muito pouco tenha sido prospectado através de estudos de campo até hoje.

Sabidamente existem reservas de minerais estratégicos como terras-raras — usadas em equipamentos eletrônicos —, fosfato e potássio — ambos essenciais à agricultura e hoje importados —, ouro, nióbio, cobre, diamantes dentre outros, segundo a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, a CPRM/Serviço Geológico Brasileiro. Este ano, por exemplo, foram identificados pela CPRM no norte do Mato Grosso áreas potencialmente ricas em cobre, um dos minerais mais importantes do mundo, essencial para a indústria eletrônica e com a demanda em alta.

O VALOR DO COBRE

Estima-se que nos próximos 50 anos o mundo vai precisar de quantidade de cobre equivalente à que foi produzida nos últimos mil anos para alimentar a industrial eletrônica. O cobre é imprescindível a carros elétricos e celulares, por exemplo. Reservas da Amazônia poderiam colocar o Brasil, hoje dependente de importações, entre os grandes produtores. — A Amazônia é rica de quase tudo o que se possa imaginar. O potencial é alto. Mas muito pouco foi de fato foi prospectado. E toda a calha norte do Rio Amazonas é uma incógnita no que diz respeito a levantamentos minerários. Precisamos de investimento em pesquisa

e tecnologia para conhecer essas riquezas e poder explorá-las de forma econômica e ambientalmente sustentável — afirma o geólogo Felipe Mattos Tavares, chefe da Divisão de Geologia Econômica da CPRM.

Tanta riqueza se explica no fato de que a maioria dos terrenos que constituem a Amazônia se formou em períodos da história da Terra em que se originaram os principais depósitos minerais. Por isso, diz Tavares, existe chance de encontrar novas Carajás, a província mineral no Pará onde está o maior e de melhor qualidade depósito de ferro do mundo (18 bilhões de toneladas), além de reservas de cobre, ouro, urânio, manganês, níquel, zinco, prata, bauxita, cromo, estanho e tungstênio. É uma região maior que o estado do Rio de Janeiro de pura riqueza. Só o Projeto Salobo, da Vale, em Carajás tem 70 milhões de toneladas de cobre e contribui para reduzir a dependência do Brasil em importações. — As estimativas são grandiosas. Mas falta conhecer mais.

O Alto Rio Negro e a Cabeça do Cachorro têm potencial grande para metais de altíssimo valor. Toda a Calha Norte é de extremo interesse, a última fronteira de exploração mineral do Brasil. Mas ninguém sabe direito o que há lá e a região está coalhada de garimpos ilegais. E temos o desafio de compatibilizar o desenvolvimento com a preservação da floresta. Isso pode ser feito, mas precisa de pesquisa e conhecimento — frisa ele. No fim do governo Temer, a tentativa de extinção Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), entre o Amapá e o Pará, chamou a atenção para a riqueza do subsolo da floresta.

O manganês e o ouro são até mais importantes lá do que o cobre, diz Bruno Feigelson, consultor do setor e especialista em direito minerário. A Renca, porém, compreende áreas de sete unidades de conservação, incluindo duas terras indígenas, uma delas a dos Waiãpi, invadida por garimpeiros e que teve o cacique assassinado no mês passado em circunstâncias ainda não esclarecidas. A Renca está fora do alcance da mineração industrial legal e infestada de garimpos ilegais de ouro e urânio, que despejam cianeto, mercúrio e material radioativo nos rios, afirma Leonardo Brito, titular da Delegacia de Meio Ambiente do Amapá até o início deste ano e que adotou formas inovadoras de fiscalizar o desmatamento.

DISTINÇÃO DE ATIVIDADES

A distinção entre garimpo e mineração industrial é chave para a Amazônia, frisam especialistas. Enquanto o primeiro está associado a condições análogas à escravidão, desmatamento, invasões de terra, prostituição e poluição dos rios, só a segunda tem condições de gerar desenvolvimento, com empregos e impostos, frisam especialistas como Feigelson e Tavares. Um exemplo é Alta Floresta (MT), onde o garimpo de ouro tem vínculo com a expansão da fronteira agrícola. O diretor da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral

(ABPM), Luis Maurício Azevedo, concorda e diz que o governo precisa ir do discurso à prática: — Não há estímulo à iniciativa privada para investir e prospectar.

Pesquisa mineral é uma atividade de alto risco. A Amazônia sempre foi sedutora, o potencial é enorme, mas sem investimento em infraestrutura e à pesquisa não passará disso. Ele frisa que os garimpos — além de serem, por vezes, ilegais — não pagam impostos proporcionais, não têm obrigações legais com o meio ambiente e não geram empregos decentes: — O garimpeiro rico joga cianeto nos rios. O pobre, mercúrio. Isso é trocar veneno de rato por tiro. E é uma competição desleal com as empresas que podem gerar desenvolvimento. Se quisermos falar com seriedade de exploração da Amazônia, o primeiro passo é distinguir mineração e garimpo — salienta Azevedo, que cita falta de investimento em mapeamentos e tecnologia de qualidade:

— O presidente fala em parcerias com os EUA, mas são o Canadá e a Austrália detêm a maior tecnologia minerária — acrescenta. O relatório 20-F, da Vale, para investidores estrangeiros, por exemplo, destaca a falta de infraestrutura como um risco do investimento em Carajás. A riqueza existe. Mas ainda como no século XVI, continua-se sem saber onde ela está ou deve ser explorada.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/08/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Mineração industrial é opção, dizem especialistas

Ao contrário do garimpo, atividade pode trazer desenvolvimento e emprego quando feita com planejamento e sustentabilidade

É dos bandeirantes do século XVI que o cientista Carlos Nobre, um dos maiores especialistas em Amazônia do mundo, lembra quando se fala em incentivar o garimpo na Amazônia. Foram eles, num tempo em que a barbárie era regra e lei, que escravizaram índios Brasil afora e exauriram a terra até a última pepita de ouro, deixando apenas um rastro de destruição. — O garimpo deixa a terra devastada. Explora gente miserável em trabalho muitas vezes análogo à escravidão, polui rios, desmata, alimenta prostituição e não dá nada em troca para a sociedade, só para o dono do garimpo, muitas vezes políticos locais. Estimular o garimpo é retroceder no tempo e anular o progresso. É voltar ao regime dos séculos XVI e XVII — destaca ele.

O garimpo, segundo Nobre, faz o chamado trabalho sujo: desmata, expulsa índios e abre caminho para todo tipo de exploração. —A mineração acoplada à

industrialização e à tecnologia, com respeito ao meio ambiente, à preservação da floresta, pode gerar empregos e desenvolvimento. O garimpo, por definição da atividade, jamais. Ele explora o que pode e vai embora. Não existe garimpo sustentável. Ele existe por períodos curtos, nos quais traz exploração, doenças, crimes e danos ambientais. Nobre afirma que a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), imposto pago pelas mineradoras, muitas vezes não volta como benefício para a sociedade. Ele cita o exemplo de Parauapebas (PA), que capta impostos da Vale em Carajás e segue com graves problemas de infraestrutura e população na miséria.

O cientista lembra que a mineração como um todo é responsável por cerca de 8% do desmatamento da Amazônia, dos quais cerca de 5% são relativos à abertura de infraestrutura sem cuidados ambientais: — O Brasil jamais será desenvolvido se pensar na mineração desacoplada na industrialização. Esse é o único caminho possível para a mineração na Amazônia. O diretor-executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), André Guimarães, diz que a lógica do garimpo é a mesma das madeireiras ilegais: arrasa uma área imensa para explorar uma pequena parte. Segundo ele, para que o todo o país seja beneficiado é preciso planejar e pensar no bem comum:

— Ninguém é contra o desenvolvimento. A mineração industrial com planejamento, regras que garantam a revitalização após a exploração, o desenvolvimento tecnológico e a sustentabilidade traz desenvolvimento. As áreas indígenas e as unidades de conservação devem ser preservadas. E é possível ter muito desenvolvimento. Já o garimpo, pelo próprio histórico totalmente negativo, é inviável — salienta Guimarães. (A.L.A.)

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Avança a privatização da Liquigás

Quarta, agora, os interessados na privatização da Liquigás, a empresa distribuidora de gás de botijão doméstico da Petrobras, com mais de 20 milhões de clientes, terão que botar as propostas na mesa. Em sua origem, ela era privada.

Em 2004, Lula comprou a distribuidora da italiana Agip. Há uma grande curiosidade, no setor, em saber os efeitos no preço de vendada Liquigás de algumas medidas em fase de estudo no governo, como a liberação da venda fracionada de gás de cozinha e o enchimento de um mesmo botijão por diferentes marcas.

Por falar em gás

Na semana passada, a ANP lançou as bases para novas contratações de serviço de transporte de gás no trecho brasileiro do gasoduto Bolívia-Brasil. A partir de janeiro, quem comprar gás na Bolívia passará a pagar no máximo R\$ 4,50. Hoje, a Petrobras paga R\$ 7,50. A redução será de pelo menos 40%.

Saldão das estatais

Em 1993, Itamar Franco relutou, mas terminou aceitando tocar o programa de privatização herdado do seu antecessor, Collor. Vendeu, inclusive, a mamute Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), marco da nossa indústria, que produzia então mais prejuízo do que aço. A única objeção do então presidente foi com os termos de um anúncio do governo, em defesa da privatização, em que desancava as estatais. “Eu não conheço vendedor que consiga um bom preço desmerecendo o produto que vende”, disse Itamar. A lição talvez valha para outro mineiro, Salim Mattar, secretário de Desestatização, que tem por hábito falar mal das 134 estatais (“A grande maioria é corrupta”; “Me apontem uma estatal eficiente”) ou mesmo o ministro Paulo Guedes, que esta semana, ao defender a privatização dos Correios, perguntou — e o pior é que com razão: “Quem ainda escreve carta?”

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/08/2019

Seção: O Mundo

Autor:

Título: Advogado no centro de crise paraguaia pede desculpa

José Rodríguez González diz estar arrependido de ter usado nome do vice-presidente em negociações sobre energia de Itaipu

ASSUNÇÃO- No centro da crise política que estourou no Paraguai na semana passada, o advogado José Rodríguez González pediu desculpas no fim de semana por ter utilizado o nome do vice-presidente Hugo Velázquez nas negociações que culminaram na assinatura de uma ata — mais tarde cancelada — em que Assunção concordava em pagar mais pela energia da hidrelétrica binacional de Itaipu.

Rodríguez, que se apresentou como assessor de Velázquez no processo de negociação, prestou depoimento à Justiça no sábado por cerca de oito horas. Ele saiu sem falar com jornalistas, mas seu advogado, Cristóbal Cáceres Frutos, afirmou à imprensa que seu cliente estava arrependido e minimizou sua participação no escândalo: — Ele fez uma intermediação privada para fazer um negócio e seu erro foi dar os nomes do presidente e do vice-presidente. Ele fez

isso com a ansiedade e com o objetivo de que a negociação avançasse — disse o advogado, alegando que Rodríguez, de 27 anos, era "um menino".

Rodríguez entregou à perícia o celular com o qual trocou mensagens com Pedro Ferreira, então presidente da Ande (a Eletrobras paraguaia), mas admitiu que algumas foram apagadas.

Na quarta-feira, ele havia dito à imprensa local que, por orientação de Velázquez, pedira a retirada de um dos pontos do acordo firmado em maio, que previa que a Ande começasse a vender energia no mercado brasileiro. Com isso, supostamente, pretendia-se garantir o sucesso de uma operação envolvendo o grupo brasileiro Leros, que passaria a comprar energia da Ande.

PEDIDO DE IMPEACHMENT

Em vários momentos, comentou uma fonte da Ande, foi pedido a Pedro Ferreira que a Leros tivesse exclusividade, mas ele se negou e, quando soube que o ponto havia sido retirado do acordo, optou por se demitir. Ouvida pelo GLOBO, a empresa brasileira negou qualquer pedido de favorecimento.

No sábado, um dos principais líderes da oposição paraguaia, o presidente do Partido Liberal, Efraín Alegre, anunciou que serão apresentados hoje ao Congresso os pedidos de impeachment do presidente Mario Abdo Benítez, de Velázquez e do ministro da Fazenda, Benigno López, por suposta traição à pátria.

Até quinta-feira, a iniciativa contava com o apoio de parte da legenda governista, que mudou de posição após o acordo ser anulado. Na opinião do Partido Liberal, o recuo não muda o fato de que o presidente e seu vice firmaram um acordo que era secreto até a semana passada e ia na contramão dos interesses paraguaios.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/08/2019

Seção: O País

Autor: GABRIEL SHINOHARA

Título: Número de militares da ativa no governo cresce 13%

Ao todo, houve um acréscimo de 153 integrantes das Forças Armadas na comparação com 2018. Com 75,5% do total, o Exército tem a maior presença no Executivo. São 962 integrantes no Planalto e nos ministérios

O total de militares da ativa cedidos ao Executivo federal cresceu 13,7% nos primeiros seis meses do governo do presidente Jair Bolsonaro, na comparação com 2018, segundo dados do Ministério da Defesa. Esse percentual representa um acréscimo de 153 membros — número passou de 1.118 cedidos, no ano passado, para os atuais 1.271. Com 75,5% do total de militares no governo, o Exército é a força com maior presença no Executivo. São 962 integrantes no governo, contra 164 da Marinha e 145 da Aeronáutica. Em 2018, o Exército representava 76% dos militares no governo.

As pastas que mais abrigam militares da ativa são o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), seguido pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)**. Além dos militares que ocupam cargos nos ministérios, há também membros da ativa em outros órgãos do Executivo federal, como na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO) e na vice-presidência. Ainda que tenha aumentado o número de militares da ativa no Executivo, são os da reserva que terminaram ocupando os principais cargos no alto escalão.

Dos seis ministros que integraram os quadros das Forças Armadas, dois trabalham diretamente com o presidente: Augusto Heleno, ministro do GSI, e Luiz Eduardo Ramos, ministro da Secretaria de Governo. Carlos Fico, doutor em história social e professor da UFRJ, analisa que o aumento de militares na administração pública se relaciona com a falta de quadros no PSL, partido do presidente, e não com uma militarização do governo. — Eu avalio que ele recorreu aos militares nesse sentido, na obtenção do mínimo de quadros organizados, até porque as forças armadas, sobretudo o Exército, representam no Brasil esses segmentos mais conservadores — afirmou Fico.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 05/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Beatriz Roscoe/Leonardo Cavalcanti

Título: Em busca de eficiência energética nos transportes

No Brasil, 80% da energia utilizada nos transportes é de origem não renovável, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). No mundo, o setor de transportes foi responsável por 28% do total do consumo final de energia global em 2016, segundo a Agência Internacional de Energia (IEA). Entre 2000 e 2016, houve um aumento de 8% da demanda por energia no setor de transportes em países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Nos países emergentes, como o Brasil, o aumento chegou a 180% no período, e o consumo energético por passageiros mais que triplicou. A justificativa está na redução do número de passageiros por carro e no aumento de veículos próprios, além de uma mudança entre modos de transporte, com a priorização de automóveis e veículos individuais em detrimento dos transportes coletivos.

A pesquisadora da FGV Energia Tamar Roitman diz que a busca constante pelo aumento de eficiência energética nos transportes é incontestável, pois a demanda por mobilidade cresce em reflexo da expansão econômica e de outros fatores. “A maior eficiência permite tal crescimento sem implicar em um impacto de igual tamanho no consumo de combustíveis, além de reduzir custos e evitar emissões desnecessárias”, argumenta.

De acordo com ela, as pesquisas e as ações para melhoria da eficiência energética no setor de transportes brasileiro, em geral, estão mais voltadas para soluções que acabam por manter o mesmo padrão de comportamento, se concentrando em melhorar a eficiência de combustíveis, veículos e motores. “As soluções para o aumento de eficiência energética nos transportes não passam apenas pela otimização de motores e pela substituição de combustíveis fósseis por renováveis, mas se baseiam em três verbos: evitar, mudar e melhorar”, diz Roitman.

Segundo a pesquisadora, o primeiro passo é o olhar mais atento para a demanda por mobilidade, com uma melhor gestão e planejamento urbano, de forma a evitar o crescimento da demanda por transporte individual. Ela cita iniciativas como pedágio urbano, rodízio de carros, remoção de estacionamentos gratuitos e estabelecimento de áreas exclusivas para pedestres com o intuito de desincentivar o uso de carros por parte da população.

Além disso, é preciso promover mudanças no sistema de transportes. “É necessário reduzir a dependência do setor rodoviário e fazer maior uso de dutos e ferrovias. A greve dos caminhoneiros (em maio de 2018) trouxe à tona a busca por novos modais. O serviço de cabotagem aumentou depois da paralisação, porque, quando temos problemas nas rodovias, percebemos que não podemos depender de um único modal”, explica. Segundo ela, a cabotagem no Brasil é pouco explorada e possui um enorme potencial, devido à abundância de rios existentes no país.

Ainda na categoria do verbo “mudar”, a pesquisadora acredita que iniciativas como a construção de linhas de trem e metrô, a implantação de corredores expressos para ônibus, como o Bus Rapid Service (BRS) e o Bus Rapid Transit (BRT), são medidas que mudam o foco do veículo individual para o transporte coletivo. “Outra iniciativa no mesmo sentido é o compartilhamento de veículos

(car sharing, em inglês), que nada mais é do que um serviço de aluguel de veículos e que contribui para a redução do número de automóveis nas ruas.” Tamar cita, ainda, a adoção de veículos não motorizados, como bicicletas e patinetes, de baixo custo.

Medidas para melhorar o padrão de eficiência energética dos veículos também são importantes. “O incentivo à otimização de motores, ao uso de combustíveis menos poluentes e ao desenvolvimento de novas tecnologias de veículos é fundamental. Nesse sentido, podem ser adotadas medidas regulatórias, como o estabelecimento de padrões de eficiência energética em veículos”, explica.

Avanço

O setor de transportes liderou o avanço da demanda energética em 2017, segundo o último Balanço Energético Nacional da EPE (2018). O segmento teve uma expansão de 1,9 milhão de toneladas equivalentes de petróleo (tep), em virtude do aumento de 2,7% do consumo de óleo diesel, resultado da maior atividade de transporte de carga. No caso dos veículos leves, houve crescimento de 0,5% na produção de gasolina automotiva e o consumo desse combustível aumentou 2,6%. O etanol, porém, apresentou comportamento inverso, com queda de 2% na produção e de 0,2% no consumo.

Em 2017, o total de emissões antrópicas associadas à matriz energética brasileira atingiu 435,8 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (Mt CO₂-eq), grande parte (199,7 Mt CO₂-eq) gerada no setor de transportes. Os transportes de carga e de passageiros respondem por aproximadamente 32,7% do consumo total de energia do país.

De acordo com o professor de engenharia da Universidade de Brasília (UnB), Augusto César de Mendonça Brasil, a tecnologia automotiva melhora gradativamente, e os veículos se tornam mais eficientes, consomem menos combustíveis e emitem menos poluentes. “Há uma evolução do ponto de vista energético, mas ainda há muito o que melhorar. Para os próximos anos, é necessário investir no projeto dos catalisadores e dos motores de combustão interna, de forma a otimizar o potencial energético e reduzir os impactos no meio ambiente”, explica.

Segundo ele, o ideal é investir em veículos híbridos, que são uma junção do motor a combustão e do motor elétrico. “A combinação dos dois gera uma boa eficiência energética. Apostar na transição dos veículos de combustão interna para os veículos híbridos já seria um grande avanço”. Além disso, o professor explica que otimizar vias, implementar BRT e faixas exclusivas para ônibus são medidas que melhoram o ciclo de velocidade dos veículos e acabam influenciando um melhor desempenho energético. “Priorizar o uso do transporte público em detrimento dos particulares também é um caminho”.

Alto custo

Para Mendonça Brasil, o alto custo dos veículos elétricos ainda é um fator limitante para a popularização desse tipo de veículo. “Além disso, o consumidor não tem tanta confiança no veículo elétrico para aderir. Os pontos de recarga ainda são escassos, e isso afeta na decisão de quem está comprando um carro. Posto de gasolina tem em todo lugar, pontos de recarga de carro elétrico, não. Mas não é isso que promoverá o uso de carros elétricos”, afirma.

O professor diz que combustíveis alternativos, como álcool e biogás, devem ser incentivados, inclusive o uso do hidrogênio como combustível complementar nos veículos híbridos. “Eu acredito que o que define o consumo energético não é tanto a tecnologia. As nossas melhores soluções estão mais voltadas para o comportamento e para a cultura do que para a tecnologia”, sustenta.

MME / ASCOM .